



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

**CLIPPING
16 e 17
de outubro
de 2021**

Justiça condena homem que matou mãe e filha

O 4º Tribunal do Júri de São Luís condenou Leonardo dos Santos dos Passos a 33 anos de reclusão pelos assassinatos de Raimunda Vânia Araújo e Patrícia Araújo Castro (mãe e filha), no dia 16 de março de 2015, no bairro Sol e Mar. Os crimes ocorreram no interior da casa das vítimas e a motivação seria uma suposta "feitiçaria" feita por elas contra a namorada do acusado. Após o julgamento, o réu foi levado para a Penitenciária de Pe-drinhas, onde já estava preso.

De acordo com a denúncia do **Ministério Público**, o acusado e quatro adolescentes (dois meninos e duas meninas) teriam sido motivados a cometer os crimes por suposta "feitiçaria" realizada pelas vítimas contra uma das adolescentes que seria namorada do réu. Ainda conforme a denúncia, Leonardo dos Santos dos Passos estaria tendo um relacionamento com Patrícia Araújo Castro e o grupo se reuniu para executar os crimes.

A sessão de julgamento, presidida pelo juiz titular do 4º Tribunal do Júri, José Ribamar Goulart Heluy Júnior, ocorreu no Fórum Des. Sarney Costa (Calhau). Atuou na acusação o **promotor de justiça** Frank Teles de Araújo e na defesa, o defensor público Fábio Marçal Lima. Leonardo dos Passos foi condenado pelos dois crimes de homicídio triplamente qualificado, por motivo fútil, asfixia e mediante recurso que impossibilitou a defesa das vítimas.

Na sentença condenatória, o juiz José Ribamar Goulart Heluy Júnior destacou que a culpabilidade do acusado deveria sofrer maior censura pela premeditação para a execução dos crimes, tanto que se juntou com quatro adolescentes, seguindo para a residência das vítimas com intuito de cometer os crimes, levando na mochila cordas, facas, luvas e uma arma de fogo, como declarou, na audiência de instrução, Pedro da Conceição Castro, vítima sobrevivente. Segundo consta na sentença, as circunstâncias dos dois crimes de homicídio "são desfavoráveis ao acusado, pelo fato dos crimes terem sido cometidos dentro da residência das vítimas, não respeitando a sagrada inviolabilidade do lar".

O réu havia sido denunciado pela tentativa de latrocínio contra Pedro da Conceição-o Castro, pai de Patrícia Araújo Castro e esposo de Raimunda Araújo, crimes que foram desclassificados para lesão corporal e furto, ambos já prescritos. Pedro Castro foi

esfaqueado ao tentar socorrer a esposa e a filha.

São desfavoráveis ao acusado, pelo fato dos crimes terem sido cometidos dentro da residência das vítimas, não respeitando a sagrada inviolabilidade do lar

Gestão da Via Expressa é da prefeitura da capital

Em resposta à apelação cível da 1ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente de São Luís, apresentada em março de 2018, o Poder Judiciário determinou, em 21 de setembro de 2021, a reforma da sentença, proferida pela 2ª Vara da Fazenda Pública e que considerava a Via Expressa como rodovia estadual em vez de via municipal.

Motivada por constatação de desvio de finalidade da classificação da via como Estadual e por nulidade da certidão emitida pela Secretaria Municipal de Urbanismo e Habitação (Semurh) - certidão emitida por força de liminar, quanto às obras da avenida, entregues em 2012 - o acórdão relatado pelo desembargador Antonio Guerreiro Júnior, atende a recurso suscitado pelo **promotor de justiça** Luís Fernando Cabral Barreto Júnior.

Contrariando parecer apresentado pelo **Ministério Público** do Maranhão (**MPMA**), a Via Expressa foi tolerada como rodovia estadual, apesar de interligar bairros da capital maranhense. Na apelação, o **Ministério Público** argumentou que a manutenção da Via Expressa como estrada estadual causa prejuízos ao desenvolvimento e ordenamento de São Luís, porque os lotes não têm usos definidos e índices urbanísticos estabelecidos. Ainda de acordo com o órgão, nada pode ser construído ao longo da via, pois ela não existe no zoneamento da cidade.

Além disso, foi argumentado que na avenida são praticados hoje diversos delitos e infrações de trânsito e o Município não os coíbe, porque a via esta classificada como estadual", destaca o **promotor de justiça**. "O Estado do Maranhão não estava interessado na legalidade e, sim, em executar a obra, pagando indenizações de imóveis. O desvio de finalidade já era evidente", acrescenta quanto a previsão da via como Estadual.

Reforma

"Merece reforma a sentença quanto a titularidade da via, por uma simples razão: a Via Expressa não interliga municípios, mas, sim, bairros da cidade de São Luís e avenidas que compõem a mesma malha viária urbana", afirma o desembargador Antonio Guerreiro Júnior.

Ainda de acordo com ele, o texto da Lei nº 9.432/2011,

que inseriu a Via Expressa como rodovia estadual, é equivocado e afronta o princípio da autonomia dos municípios e sua não intervenção, previsto nos artigos 30 e 35, da Constituição Federal.

A Via Expressa não interliga municípios, mas, sim, bairros da cidade de São Luís e avenidas que compõem a mesma malha viária urbana

Câmara cobra Código de Ética do Ministério Público - CLAUDIO HUMBERTO

CLAUDIO HUMBERTO

Enquanto se acirram as discussões sobre a mudança na composição do Conselho Nacional do **Ministério Público** (CNMP), a ser votada na Câmara terça-feira (19), o presidente da Câmara, deputado Arthur Lira (PP-AL), destaca um dos aspectos mais curiosos dessa proposta: fixa prazo de 120 dias para que os procuradores criem o seu Código de Ética. "O MP é a única entidade do Brasil que não tem Código de Ética", afirma intrigado, "fiscaliza todo mundo e não tem seu próprio código".

Todos têm código Arthur Lira lembra que o Congresso tem conselhos de ética e que todas as profissões se submetem a códigos de ética, exceto os procuradores.

A Câmara fará O deputado avisa que se o **Ministério Público** não criar seu código de ética em 120 dias, a Câmara o fará por meio de legislação ordinária.

Sem prejuízos Ele garante que "não há nenhum artigo nessa PEC que roube, tire, macule, misture qualquer ato funcional do **Ministério Público**".

Blindagem Lira resume a maior crítica o CNMP: atos de abusos, "que aconteceram todo tempo", não têm sido analisados "de maneira mais efetiva".

Covid mata mais homens que mulheres no Brasil Em todas as faixas etárias abaixo de 90 anos, mais homens morreram de **Covid**-19 que mulheres, segundo levantamento da transparência dos cartórios brasileiros de registros civis e de óbitos. Entre os 40 e 49 anos, por exemplo, a diferença é superior a 50%: 32,5 mil vítimas foram homens e 20 mil mulheres. Dos 60 aos 69 anos, o número de mortes masculinas foi de pouco mais de 76 mil e as femininas, mais de 57 mil.

Entre crianças Até entre as crianças de menos de 9 anos, o número de vítimas do sexo masculino (534) é maior que o número de vítimas femininas (470).

Exceção O número de mulheres vítimas fatais da **Covid** entre 90 e 99 anos é de 18.936. Os homens, 14.450.

Acima dos 100 anos são 1.285 contra 683.

Fonte Os dados são da Central de Informações do

Registro Civil, do CRC Nacional e são atualizadas até o último dia 3 de outubro.

Punição vira lucro Pela lei, multas eleitorais determinadas pela Justiça somam-se ao fundo partidário e são proporcionalmente devolvidas aos partidos políticos, inclusive os multados. Só este ano já foram mais de R\$47,5 milhões.

Lata d'água na cabeça Somente em Pernambuco, 98 dos 184 municípios estão sob decretos de "situação de emergência" em razão da estiagem, segundo afirmou na Câmara o deputado Danilo Cabral (PSB-PE).

Mais um ator O empresário Luciano Hang ironizou a pretensão do ator José de Abreu de tentar virar deputado pelo PT.

Hang sugere que ele será só mais uma marionete de Lula e questiona: "Teremos mais um ator em Brasília?".

De um tempo sem internet Lula disse ser "de um tempo onde a disputa era apenas eleitoral" e que o "adversário não era um inimigo", mas o deputado Daniel Coelho (Cid-PE) mostrou prints em que o ex-presidiário comparava os tucanos a nazistas.

Prêmio merecido O alagoano Rostan Silvestre, admiradíssimo médico psiquiatra, receberá da Câmara dos Deputados, em Brasília, quarta (20), o importante Prêmio Nise da Silveira de Boas Práticas em Saúde Mental.

Nada mais justo.

Venham dólares Superávit de US\$1,1 bilhão na balança comercial na segunda semana de outubro foi ótimo, mas o ministro Fábio Faria (Comunicações) destacou o saldo positivo: "US\$6,1 bilhões exportados e US\$5 bilhões importados".

Cinema é 10 Cinemas convencionais, que em São Paulo foram liberados da exigência de distanciamento, estão aderindo à promoção "Quarta é 10, cinema é 10", com ingressos a dez reais em todas as sessões de quarta-feira.

São João Paulo Em 16 de outubro de 1978, Karol Wojtyła se tornava o primeiro pontífice não italiano da

Igreja Católica desde 1522. Tornou-se o papa João Paulo II por mais de 26 anos até falecer, em 2005. Depois seria canonizado.

Pensando bem...

...há doenças políticas sem cura, que nem tratamento precoce ou vacina resolvem.

PODER SEM PUDOR

Um vovô esperto Paulo Maluf não entregava os pontos nem quando sofria derrota. Em 1990, após perder a disputa pelo governo de São Paulo, ele recebeu os repórteres que cobriram sua campanha para uma bemhumorada entrevista. Depois propôs uma foto com todos. Uma repórter, entre tantas conhecidas pelo ativismo petista, ficou injuriada com o beijo que Maluf aplicou-lhe na bochecha. Ele brincou: "O que é isso, minha filha? Eu sou apenas um vovô. Eu até já estou meio..." Parou no meio da frase, olhou para os lados e gargalhou, avisando: "...não, não estou, não!"

MPMA aciona município de Carolina por falta de acessibilidade nas escolas

O **Ministério Público** do Maranhão propôs uma **Ação Civil Pública** contra o Município de Carolina por falta de acessibilidade nas escolas. A ACP foi assinada nesta quinta-feira (14), pelo titular da Promotoria de Justiça de Carolina, Marco Túlio Lopes.

Tramita na Promotoria de Justiça um procedimento de 2016 que investiga a ausência de acessibilidade nas escolas municipais. A partir do procedimento, identificou-se a omissão por parte do Município em relação às adaptações nas escolas para atender minimamente às normas de acessibilidade.

O **promotor de justiça** de Carolina acionou judicialmente o Município por omissão do Poder Executivo. O representante do **Ministério Público** lista, na ACP, os 20 ofícios e a Recomendação enviada ao agente administrativo, pedindo medidas para sanar o problema, mas sem resposta.

"Há 10 anos o **Ministério Público** vem tentando fazer com que o Município tome providências para sanar o déficit com as questões de acessibilidade. No entanto, não há respostas da administração. Desde julho de 2011 o MP vem cobrando providências de forma administrativa, mas nenhuma ação foi tomada, sendo necessário recorrer à via judicial para garantir um direito amparado pela legislação", relata o representante ministerial, Marco Túlio Lopes.

DOS PEDIDOS

O **MPMA** requer que a Justiça obrigue o Município a apresentar, no prazo de 120 dias, projeto completo e cronograma de imediata adequação/adaptação arquitetônica físico-estrutural, tais como banheiros, rampas, corredores e móveis de todos os prédios e imóveis que ofertam serviços públicos sob a responsabilidade do Município de Carolina, especialmente de todas as escolas da zona urbana e rural.

O pedido inclui também a listagem dos imóveis, localidade, diagnóstico da situação atual, projeto de adequação, cronograma de execução das adequações, além das situações emergenciais, como o das escolas onde há estudantes com deficiência matriculados.

Um plano urgente e prioritário das medidas a serem

implementadas deve ser apresentado, permitindo que todos esses prédios e imóveis disponham de acessibilidade suficiente para o ingresso, tráfego, permanência e usufruto de todos os recintos e instalações prediais por parte de pessoas com quaisquer deficiências, especialmente cadeirantes, respeitando totalmente a legislação brasileira aplicável. As obras devem ser iniciadas após 120 dias e concluídas no prazo de dois anos.

A ação pede, também, que o Município disponha de profissional intérprete de Libras necessário à oferta e ao acompanhamento de educação integral aos alunos com deficiência, especialmente auditiva, bem como adaptações razoáveis e fornecimento de tecnologias aos alunos que necessitarem, tanto na zona urbana quanto na zona rural.

O **Ministério Público** pede concessão de tutela de urgência, com multa diária e pessoal ao prefeito de R\$10 mil por descumprimento de liminar e bloqueio de verbas públicas no valor de R\$500 mil como medida para forçar o cumprimento da obrigação de fazer.

Fonte: Ma10

Site: <https://destaquedomaranhao.com/noticia/11301-mpma-aciona-municipio-de-carolina-por-falta-de-acessibilidade-nas-escolas>

MPMA aciona município de Carolina por falta de acessibilidade nas escolas

Emanuel Lemos

O **Ministério Público** do Maranhão propôs uma **Ação Civil Pública** contra o Município de Carolina por falta de acessibilidade nas escolas. A ACP foi assinada nesta quinta-feira (14), pelo titular da Promotoria de Justiça de Carolina, Marco Túlio Lopes.

Tramita na Promotoria de Justiça um procedimento de 2016 que investiga a ausência de acessibilidade nas escolas municipais. A partir do procedimento, identificou-se a omissão por parte do Município em relação às adaptações nas escolas para atender minimamente às normas de acessibilidade.

O **promotor de justiça** de Carolina acionou judicialmente o Município por omissão do Poder Executivo. O representante do **Ministério Público** lista, na ACP, os 20 ofícios e a Recomendação enviada ao agente administrativo, pedindo medidas para sanar o problema, mas sem resposta.

"Há 10 anos o **Ministério Público** vem tentando fazer com que o Município tome providências para sanar o déficit com as questões de acessibilidade. No entanto, não há respostas da administração. Desde julho de 2011 o MP vem cobrando providências de forma administrativa, mas nenhuma ação foi tomada, sendo necessário recorrer à via judicial para garantir um direito amparado pela legislação", relata o representante ministerial, Marco Túlio Lopes.

DOS PEDIDOS

O **MPMA** requer que a Justiça obrigue o Município a apresentar, no prazo de 120 dias, projeto completo e cronograma de imediata adequação/adaptação arquitetônica físico-estrutural, tais como banheiros, rampas, corredores e móveis de todos os prédios e imóveis que ofertam serviços públicos sob a responsabilidade do Município de Carolina, especialmente de todas as escolas da zona urbana e rural.

O pedido inclui também a listagem dos imóveis, localidade, diagnóstico da situação atual, projeto de adequação, cronograma de execução das adequações, além das situações emergenciais, como o das escolas onde há estudantes com deficiência matriculados.

Um plano urgente e prioritário das medidas a serem implementadas deve ser apresentado, permitindo que todos esses prédios e imóveis disponham de acessibilidade suficiente para o ingresso, tráfego, permanência e usufruto de todos os recintos e instalações prediais por parte de pessoas com quaisquer deficiências, especialmente cadeirantes, respeitando totalmente a legislação brasileira aplicável. As obras devem ser iniciadas após 120 dias e concluídas no prazo de dois anos.

A ação pede, também, que o Município disponha de profissional intérprete de Libras necessário à oferta e ao acompanhamento de educação integral aos alunos com deficiência, especialmente auditiva, bem como adaptações razoáveis e fornecimento de tecnologias aos alunos que necessitarem, tanto na zona urbana quanto na zona rural.

O **Ministério Público** pede concessão de tutela de urgência, com multa diária e pessoal ao prefeito de R\$10 mil por descumprimento de liminar e bloqueio de verbas públicas no valor de R\$500 mil como medida para forçar o cumprimento da obrigação de fazer.

Desde julho de 2011 o MP vem cobrando providências de forma administrativa, mas nenhuma ação foi tomada, sendo necessário recorrer à via judicial para garantir um direito amparado pela legislação. #OMaranhaoSeInformaAqui

Fonte: MA10

Site:

<https://diariosulmaranhense.com.br/2021/10/16/mpma-aciona-municipio-de-carolina-por-falta-de-acessibilidade-nas-escolas/>

Gestão da Via Expressa é da prefeitura da capital

O Imparcial

Em resposta à apelação cível da 1ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente de São Luís, apresentada em março de 2018, o Poder Judiciário determinou, em 21 de setembro de 2021, a reforma da sentença, proferida pela 2ª Vara da Fazenda Pública e que considerava a Via Expressa como rodovia estadual em vez de via municipal.

Motivada por constatação de desvio de finalidade da classificação da via como Estadual e por nulidade da certidão emitida pela Secretaria Municipal de Urbanismo e Habitação (Semurh) - certidão emitida por força de liminar, quanto às obras da avenida, entregues em 2012 - o acórdão relatado pelo desembargador Antonio Guerreiro Júnior, atende a recurso suscitado pelo **promotor de justiça** Luís Fernando Cabral Barreto Júnior.

Contrariando parecer apresentado pelo **Ministério Público** do Maranhão (**MPMA**), a Via Expressa foi tolerada como rodovia estadual, apesar de interligar bairros da capital maranhense. Na apelação, o **Ministério Público** argumentou que a manutenção da Via Expressa como estrada estadual causa prejuízos ao desenvolvimento e ordenamento de São Luís, porque os lotes não têm usos definidos e índices urbanísticos estabelecidos. Ainda de acordo com o órgão, nada pode ser construído ao longo da via, pois ela não existe no zoneamento da cidade.

Além disso, foi argumentado que na avenida são praticados hoje diversos delitos e infrações de trânsito e o Município não os coíbe, porque a via esta classificada como estadual", destaca o **promotor de justiça**. "O Estado do Maranhão não estava interessado na legalidade e, sim, em executar a obra, pagando indenizações de imóveis. O desvio de finalidade já era evidente", acrescenta quanto a previsão da via como Estadual.

Reforma

"Merece reforma a sentença quanto a titularidade da via, por uma simples razão: a Via Expressa não interliga municípios, mas, sim, bairros da cidade de São Luís e avenidas que compõem a mesma malha viária urbana", afirma o desembargador Antonio Guerreiro Júnior.

Ainda de acordo com ele, o texto da Lei nº 9.432/2011, que inseriu a Via Expressa como rodovia estadual, é equivocado e afronta o princípio da autonomia dos municípios e sua não intervenção, previsto nos artigos 30 e 35, da Constituição Federal.

Site: <https://oimparcial.com.br/cidades/2021/10/gestao-da-via-expressa-e-da-prefeitura-da-capital/>

Justiça determina que controle e gestão da Via Expressa sejam entregues ao Município

Em resposta à apelação cível da 1ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente de São Luís, apresentada em março de 2018, o Poder Judiciário determinou, em 21 de setembro de 2021, a reforma da sentença, proferida pela 2ª Vara da Fazenda Pública e que considerava a Via Expressa como rodovia estadual em vez de via municipal.

Motivada por constatação de desvio de finalidade da classificação da via como Estadual e por nulidade da certidão emitida pela Secretaria Municipal de Urbanismo e Habitação (Semurh) - certidão emitida por força de liminar, quanto às obras da avenida, entregues em 2012 - o acórdão relatado pelo desembargador Antonio Guerreiro Júnior, atende a recurso suscitado pelo **promotor de justiça** Luís Fernando Cabral Barreto Júnior.

Contrariando parecer apresentado pelo **Ministério Público** do Maranhão (**MPMA**), a Via Expressa foi tolerada como rodovia estadual, apesar de interligar bairros da capital maranhense.

Na apelação, o **Ministério Público** argumentou que a manutenção da Via Expressa como estrada estadual causa prejuízos ao desenvolvimento e ordenamento de São Luís, porque os lotes não têm usos definidos e índices urbanísticos estabelecidos. Ainda de acordo com o órgão, nada pode ser construído ao longo da via, pois ela não existe no zoneamento da cidade.

Além disso, foi argumentado que na avenida são praticados hoje diversos delitos e infrações de trânsito e o Município não os coíbe, porque a via esta classificada como estadual", destaca o **promotor de justiça**. "O Estado do Maranhão não estava interessado na legalidade e, sim, em executar a obra, pagando indenizações de imóveis. O desvio de finalidade já era evidente", acrescenta quanto a previsão da via como Estadual.

REFORMA

"Merece reforma a sentença quanto a titularidade da via, por uma simples razão: a Via Expressa não interliga municípios, mas, sim, bairros da cidade de São Luís e avenidas que compõem a mesma malha viária urbana", afirma o desembargador Antonio Guerreiro Júnior.

Ainda de acordo com ele, o texto da Lei nº 9.432/2011, que inseriu a Via Expressa como rodovia estadual, é equivocado e afronta o princípio da autonomia dos municípios e sua não intervenção, previsto nos artigos 30 e 35, da Constituição Federal.

Site: <https://jornaleiroma.com/2021/10/16/justica-determina-que-controle-e-gestao-da-via-expressa-sejam-entregues-ao-municipio/>

MPMA aciona município de Carolina por falta de acessibilidade nas escolas

O **Ministério Público** do Maranhão propôs uma **Ação Civil Pública** contra o Município de Carolina por falta de acessibilidade nas escolas. A ACP foi assinada nesta quinta-feira (14), pelo titular da Promotoria de Justiça de Carolina, Marco Túlio Lopes.

Tramita na Promotoria de Justiça um procedimento de 2016 que investiga a ausência de acessibilidade nas escolas municipais. A partir do procedimento, identificou-se a omissão por parte do Município em relação às adaptações nas escolas para atender minimamente às normas de acessibilidade.

O **promotor de justiça** de Carolina acionou judicialmente o Município por omissão do Poder Executivo. O representante do **Ministério Público** lista, na ACP, os 20 ofícios e a Recomendação enviada ao agente administrativo, pedindo medidas para sanar o problema, mas sem resposta.

"Há 10 anos o **Ministério Público** vem tentando fazer com que o Município tome providências para sanar o déficit com as questões de acessibilidade. No entanto, não há respostas da administração. Desde julho de 2011 o MP vem cobrando providências de forma administrativa, mas nenhuma ação foi tomada, sendo necessário recorrer à via judicial para garantir um direito amparado pela legislação", relata o representante ministerial, Marco Túlio Lopes.

DOS PEDIDOS

O **MPMA** requer que a Justiça obrigue o Município a apresentar, no prazo de 120 dias, projeto completo e cronograma de imediata adequação/adaptação arquitetônica físico-estrutural, tais como banheiros, rampas, corredores e móveis de todos os prédios e imóveis que ofertam serviços públicos sob a responsabilidade do Município de Carolina, especialmente de todas as escolas da zona urbana e rural.

O pedido inclui também a listagem dos imóveis, localidade, diagnóstico da situação atual, projeto de adequação, cronograma de execução das adequações, além das situações emergenciais, como o das escolas onde há estudantes com deficiência matriculados.

Um plano urgente e prioritário das medidas a serem

implementadas deve ser apresentado, permitindo que todos esses prédios e imóveis disponham de acessibilidade suficiente para o ingresso, tráfego, permanência e usufruto de todos os recintos e instalações prediais por parte de pessoas com quaisquer deficiências, especialmente cadeirantes, respeitando totalmente a legislação brasileira aplicável. As obras devem ser iniciadas após 120 dias e concluídas no prazo de dois anos.

A ação pede, também, que o Município disponha de profissional intérprete de Libras necessário à oferta e ao acompanhamento de educação integral aos alunos com deficiência, especialmente auditiva, bem como adaptações razoáveis e fornecimento de tecnologias aos alunos que necessitarem, tanto na zona urbana quanto na zona rural.

O **Ministério Público** pede concessão de tutela de urgência, com multa diária e pessoal ao prefeito de R\$10 mil por descumprimento de liminar e bloqueio de verbas públicas no valor de R\$500 mil como medida para forçar o cumprimento da obrigação de fazer.

Site: <https://jornaleiroma.com/2021/10/16/mpma-aciona-municipio-de-carolina-por-falta-de-acessibilidade-nas-escolas/>

MPMA aciona Município por falta de acessibilidade nas escolas

O **Ministério Público** do Maranhão propôs uma **Ação Civil Pública** contra o Município de Carolina por falta de acessibilidade nas escolas. A ACP foi assinada nesta quinta-feira (14), pelo titular da Promotoria de Justiça de Carolina, Marco Túlio Lopes.

Tramita na Promotoria de Justiça um procedimento de 2016 que investiga a ausência de acessibilidade nas escolas municipais. A partir do procedimento, identificou-se a omissão por parte do Município em relação às adaptações nas escolas para atender minimamente às normas de acessibilidade.

O **promotor de justiça** de Carolina acionou judicialmente o Município por omissão do Poder Executivo. O representante do **Ministério Público** lista, na ACP, os 20 ofícios e a Recomendação enviada ao agente administrativo, pedindo medidas para sanar o problema, mas sem resposta.

"Há 10 anos o **Ministério Público** vem tentando fazer com que o Município tome providências para sanar o déficit com as questões de acessibilidade. No entanto, não há respostas da administração. Desde julho de 2011 o MP vem cobrando providências de forma administrativa, mas nenhuma ação foi tomada, sendo necessário recorrer à via judicial para garantir um direito amparado pela legislação", relata o representante ministerial, Marco Túlio Lopes.

DOS PEDIDOS

O **MPMA** requer que a Justiça obrigue o Município a apresentar, no prazo de 120 dias, projeto completo e cronograma de imediata adequação/adaptação arquitetônica físico-estrutural, tais como banheiros, rampas, corredores e móveis de todos os prédios e imóveis que ofertam serviços públicos sob a responsabilidade do Município de Carolina, especialmente de todas as escolas da zona urbana e rural.

O pedido inclui também a listagem dos imóveis, localidade, diagnóstico da situação atual, projeto de adequação, cronograma de execução das adequações, além das situações emergenciais, como o das escolas onde há estudantes com deficiência matriculados.

Um plano urgente e prioritário das medidas a serem

implementadas deve ser apresentado, permitindo que todos esses prédios e imóveis disponham de acessibilidade suficiente para o ingresso, tráfego, permanência e usufruto de todos os recintos e instalações prediais por parte de pessoas com quaisquer deficiências, especialmente cadeirantes, respeitando totalmente a legislação brasileira aplicável. As obras devem ser iniciadas após 120 dias e concluídas no prazo de dois anos.

A ação pede, também, que o Município disponha de profissional intérprete de Libras necessário à oferta e ao acompanhamento de educação integral aos alunos com deficiência, especialmente auditiva, bem como adaptações razoáveis e fornecimento de tecnologias aos alunos que necessitarem, tanto na zona urbana quanto na zona rural.

O **Ministério Público** pede concessão de tutela de urgência, com multa diária e pessoal ao prefeito de R\$10 mil por descumprimento de liminar e bloqueio de verbas públicas no valor de R\$500 mil como medida para forçar o cumprimento da obrigação de fazer.

Fonte: **MP-MA**

Site:

<http://www.suacidade.com/index.php/noticias/cidades/mpma-aciona-municipio-por-falta-de-acessibilidade-nas-escolas>

Deputado Wellington solicita explicações sobre gasto de R\$ 18 milhões com links de internet no governo Flávio Dino

Daniel Matos

O deputado estadual Wellington do Curso utilizou a tribuna da Assembleia Legislativa do Maranhão para solicitar informações do Governo do Estado, por meio da Secretaria de Estado do Governo, sobre contrato firmado com a empresa Wiki Telecomunicações Eireli. O valor do contrato citado pelo deputado Wellington é de R\$ 18 milhões para fornecer links de internet às secretarias estaduais.

Durante o pronunciamento, o deputado Wellington disse que, só em 2020, a mesma empresa chegou a faturar R\$ 21,5 milhões somente com fornecimento de internet para o governo.

"Acionei o Governo do Estado para que explique a justificativa para gastar R\$ 18 milhões em um contrato para fornecimento de links de internet. Algo superfaturado e, ao que parece, alheio ao que o Maranhão mais precisa no momento. Oficiei, também, o **Ministério Público**. Como deputado estadual, é meu papel fiscalizar e garantir que haja zelo com os recursos públicos. Só em 2020, a empresa Wiki Telecomunicações, já conhecida no Palácio virtual de Flávio Dino, chegou a faturar R\$ 21, 5 milhões. Todos nós sabemos que Flávio Dino se limita ao twitter e usa a internet para criar um Maranhão de maravilhas, mas fazer isso com recursos públicos é um absurdo. Sigo atento na fiscalização", afirmou o deputado Wellington.

Site:

<https://www.blogsoestado.com/danielmatos/2021/10/16/deputado-wellington-solicita-explicacoes-sobre-gasto-de-r-18-milhoes-com-links-de-internet-no-governo-flavio-dino/>

Revista cita três deputados do Maranhão em esquema de 'compra e venda' de emendas parlamentares

John Cutrim

O mercadão das emendas

Uma investigação em curso no Supremo Tribunal Federal mira congressistas que estão, literalmente, vendendo as emendas liberadas pelo governo. Crusoé mapeou alguns dos casos sob apuração

Por Patrik Camporez, da Revista Crusoé - Corre em sigilo no Supremo Tribunal Federal uma investigação que joga luz sobre uma modalidade nova, para não dizer criativa, de corrupção. Segundo as apurações preliminares, pelo menos três deputados e um senador são suspeitos de participar de um esquema de "compra e venda" de emendas parlamentares no Congresso. O esquema funcionaria da seguinte forma: o parlamentar paga uma espécie de "pedágio" para que seus pares destinem suas emendas para os municípios que ele controla. Quando o dinheiro chega na ponta, ou seja, na prefeitura, ele é desviado por meio de contratos fictícios para empresas ligadas ao político comprador das emendas. E assim a roda gira para que polpudas verbas públicas parem nos bolsos tanto do parlamentar vendedor quanto do que adquiriu as emendas e, ao mesmo tempo, retroalimentem a engrenagem da corrupção. As verbas negociadas fazem parte do orçamento secreto, abastecido pela emenda de relator criada pelo governo para compra de apoio político. Mas não só. São obtidas também por meio das tradicionais emendas impositivas, às quais todos os congressistas têm direito, e do "pix orçamentário", uma modalidade em que o dinheiro cai direto na conta das prefeituras a partir da indicação de aliados.

Um dos parlamentares investigados é Josimar Maranhãozinho, do PL do **Maranhão**. Investigações do **Ministério Público** e da Polícia Federal mostram que, logo depois de chegar nas prefeituras indicadas por ele, o dinheiro das emendas é repassado a empresas de fachada pertencentes ao grupo político do deputado. Na sequência, o dinheiro é transferido para a Construtora Madry, uma empresa que está em nome do próprio Maranhãozinho e de sua irmã, Irismar Cunha Rodrigues, também investigada. O caminho do recurso - desde a saída do Orçamento da União até as

empresas do deputado do PL e de seus aliados - está registrado em relatórios do Conselho de Controle de Atividades Financeira, o Coaf, e poder dos investigadores. A Madry é o que o MP e a PF chamam de "companhia-sol". É como se fosse a "holding da propina". A empresa é a destinatária final da verba desviada por outras dez firmas satélites vinculadas ao grupo. Da Madry, o dinheiro é redistribuído para contas do próprio político e de seus parceiros. Em uma operação de busca e apreensão recente, a PF encontrou carros vinculados à Madry na casa de Maranhãozinho, além de diversos cheques em branco também em nome da empresa.

De todos os recursos federais manejados pelo deputado maranhense - tanto os provenientes de emendas dele próprio quanto os que vêm de emendas de outros parlamentares que topam negociar as suas em troca da devolução, por fora, de uma parte do dinheiro -, a Madry é quem domina os contratos da área da construção. Outra firma do deputado, a Águia Farma Distribuidora de Medicamentos Ltda, é usada quando estão em jogo recursos de emendas da área da saúde, segundo as investigações. A Águia tem como sócios dois assessores de Maranhãozinho.

Para facilitar a fraude, ainda de acordo com a apuração, o deputado indicaria até os pregoeiros - responsáveis pela condução das licitações dirigidas - das prefeituras aliadas. Há casos em que o mesmo pregoeiro atuou em quatro municípios diferentes. Segundo os investigadores, os desvios chegariam a mais de 160 milhões de reais. A declaração de bens do deputado ao Tribunal Superior Eleitoral, o TSE, é apenas um recorte dessa farra com dinheiro público. Em apenas quatro anos, o patrimônio do deputado sextuplicou. Entre 2016 e 2020, saltou de 2 milhões para 12 milhões de reais. "Sabemos que o patrimônio não declarado é infinitamente maior. As casas do Maranhãozinho e seu grupo são palacetes. Eles têm carros de luxo, barcos e esbanjam dinheiro", afirma um investigador.

O parlamentar, que virou um dos mercadores do dinheiro federal logo no primeiro ano de mandato da Câmara, em 2019, foi deputado estadual entre 2015 e 2018. Segundo o MP, as empresas usadas para

desviar recursos foram criadas já nos tempos em que Maranhãozinho reinava na política local. Quando ele entrou na política nacional, em 2019, já contava com uma estrutura montada no **Maranhão** para captar e manejar os recursos públicos. Quem o conhece de perto diz que, à boca miúda, ele se gaba de ter o controle de mais de 60 prefeituras no estado - é justamente para onde ele costuma enviar os recursos de modo a ter controle sobre a maneira como serão gastos. O modelo tem se mostrado eficiente até hoje. Tanto é que o esquema persiste.

O caso é produto direto do fisiologismo escancarado em que se transformou a relação do Planalto com o Congresso, de quem Jair Bolsonaro é cada vez mais refém. Recentemente, o presidente tentou lavar as mãos, dizendo que, se há algum esquema, não é problema dele. "Se tiver roubalheira no meu governo, num ministério qualquer, porque pode haver. Se não se sabe o que acontece por lá, pode haver. Se Deus quiser, não vai ter. São mais de 20 mil obras, muitos convênios com municípios. Pode acontecer algo de errado? Pode. Pode acontecer algo de errado no ministério lá do Tarcísio (Gomes de Freitas), no DNIT? Pode haver, porque ele faz obras no Brasil todo. Pode, na ponta da linha, alguém fazer uma coisa esquisita", disse. É um sofisma. Na prática, ao terceirizar para os congressistas a atribuição de gerir o orçamento, o governo abre caminho para que seus aliados façam o que bem entendam com os recursos públicos. É uma espécie de terceirização da corrupção, a partir da ideia de que, se o roubo ocorre lá na ponta, longe de Brasília, o governo federal não é mais responsável. Não é bem assim, evidentemente.

No esquema operado por Maranhãozinho - e que, neste momento, tem sob a mira do **Ministério Público** Federal pelo menos outros três parlamentares - há digitais visíveis do Palácio do Planalto. É que, para virar um mercador de emendas, o deputado contou com a ajuda expressa da Secretaria de Governo. Era de lá que saía o aval para a destinação de recursos que, liberados para o próprio deputado e para outros parlamentares que topavam a parceria, acabavam nas prefeituras controladas por ele e, depois, nas empresas do esquema. Somente no ano de 2019, técnicos da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba, a Codevasf, controlada pelo Centrão e campeã da destinação de verbas do orçamento paralelo, identificaram 22 pedidos de empenho, totalizando 75 milhões de reais, feitos por parlamentares de outros estados, em nome de Josimar de Maranhãozinho.

No Congresso, o deputado encontrou outro aliado de peso, também ligado ao Planalto: o líder do governo Eduardo Gomes, do MDB do Tocantins. Documentos obtidos por Crusoé mostram que a dupla mandou mais

de 100 milhões de reais para seis municípios do **Maranhão** ainda no ano de 2019. A parceria está explícita em um documento interno do Ministério do Desenvolvimento Regional. No dia 16 de outubro de 2019, Eduardo Gomes mandou um ofício para o então ministro do Desenvolvimento Regional, Gustavo Canuto, solicitando que a pasta empenhasse 30 milhões de reais para cidades maranhenses administradas por políticos ligados a Maranhãozinho, que faziam parte do esquema de **desvio de recursos** por meio das empresas de fachada.

O documento, assinado pelo líder do governo, detalhava o valor exato que deveria ser aplicado em cada município. Ao perceber que havia algo de estranho na papelada, técnicos do orçamento do Ministério do Desenvolvimento Regional seguraram a liberação do dinheiro. Inconformados com a demora, Maranhãozinho e Eduardo Gomes foram juntos ao gabinete do ministro, para pressionar pela liberação da verba, que acabou ocorrendo em 27 de dezembro daquele ano. Para despistar os órgãos de controle, o dinheiro passou primeiro pela Codevasf, antes de cair nos cofres das prefeituras indicadas pela dupla.

Ao chegar nos cofres municipais, os recursos seguiram o modus operandi tradicional do esquema. Foram usados para pagar as mesmas empresas satélites que, em relatórios do Coaf, aparecem enviando dinheiro para a Construtora Madry, do próprio Maranhãozinho. Para o município maranhense de Zé Doca, Eduardo Gomes mandou empenhar 5 milhões de reais. A ordem de pagamento aparece registrada no sistema do governo federal, com a observação "indicação de Maranhãozinho". O próprio deputado acrescentou aos 5 milhões empenhados por Gomes outros 19 milhões de reais, em 30 de dezembro de 2019. A verba também saiu do orçamento do Ministério do Desenvolvimento Regional. Desse total, 12 milhões de reais irrigaram o caixa da Atos Engenharia, firma que, segundo os relatórios do Coaf, enviava dinheiro para a Madry, a "companhia-sol" de Maranhãozinho. Segundo a investigação, outras duas empresas que receberam juntas 26,6 milhões de reais do município, a Terraplan e a Tencol Terra Nova, também abasteciam a holding do deputado. A responsável direta pelos contratos com as três companhias era ninguém menos que a irmã de Maranhãozinho, Irismar Cunha Rodrigues, chefe de gabinete da prefeitura. A parceria entre o líder do governo e o deputado do **Maranhão** seguiu o mesmo padrão em outros cinco municípios do estado.

Nessa versão repaginada do escândalo dos Anões do Orçamento, apelido dado aos parlamentares do baixo clero que, nos anos 1990, foram investigados e punidos por realizarem fraudes orçamentárias em troca de propinas, há também casos de parlamentares

que, ainda que não tenham comercializado emendas, reproduziram o esquema de enviar dinheiro para prefeituras amigas que desviavam recursos para suas empresas particulares. Integrantes da bancada do **Maranhão**, eles contavam com a influência de Maranhãozinho sobre setores estratégicos do governo federal para conseguir liberar o dinheiro.

Ao ajudar os deputados aliados a amealhar recursos do orçamento federal, Maranhãozinho tenta repetir uma prática adotada por Eduardo Cunha, ex-todopoderoso da Câmara, que tinha uma bancada no Congresso para chamar de sua. Um dos parlamentares do grupo é Júnior Lourenço, do PL, que recebeu do Ministério do Desenvolvimento Regional a cota de 13 milhões de reais, em dezembro de 2020, graças ao trabalho de bastidor de Maranhãozinho junto ao MDR. Desse valor, 3 milhões de reais foram parar na prefeitura de Miranda do Norte, que é comandada por sua mãe, Angelica Maria Sousa Bonfim, do mesmo partido. Uma operação do **Ministério Público** local, batizada de "Laços de família", concluiu que Lourenço, que foi prefeito da cidade até 2016, pôs o pregoeiro da prefeitura para criar as empresas de fachada que receberiam o dinheiro desviado por meio de contratos fictícios.

De 2018 para cá, as mesmas firmas seguem fechando contratos com a prefeitura de Miranda do Norte. Entre as companhias mais beneficiadas com a verba federal está a Souza Vieira Construções e Serviços, que, segundo o MP local, participava ativamente das fraudes em licitações. Outro parlamentar que tem colocado dinheiro em prefeituras administradas por familiares - e que, coincidência ou não, também faz parte do grupo político de Maranhãozinho - é o deputado Pedro Lucas Fernandes, do PTB. Nas negociações para a eleição de Arthur Lira à presidência da Câmara, Fernandes levou sozinho 25 milhões de reais e distribuiu a verba para municípios aliados. Desse total, 4 milhões de reais foram para a cidade de Arame, da qual o seu pai, Pedro Fernandes, também do PTB, é o prefeito.

Quem chamou a atenção para o escândalo da compra e venda de emendas pela primeira vez foi o ministro da Controladoria-Geral da União, Wagner Rosário. Em audiência na Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara, no último dia 7, o ministro afirmou, sem citar nominalmente os parlamentares, que o órgão vem se empenhando para investigar o assunto. "Sobre vendas de emendas, nós estamos investigando vários casos. Claro, estão todos em sigilo porque já fazemos esse trabalho em convênios, em geral. Estamos com trabalho bastante forte nisso aí, em parceria com a Polícia Federal", afirmou. Na Polícia Federal, os casos estão sendo investigados pelo Serviço de Inquéritos Especiais, o Sinq. A

Procuradoria-Geral da República acompanha. No STF, o relator dos inquéritos é o ministro Ricardo Lewandowski. Nos autos há imagens do deputado Maranhãozinho recebendo dinheiro. A PF tem partido de relatórios da CGU para esmiuçar as denúncias de desvios de recursos públicos. Em breve devem ser deflagradas novas operações.

Procurado por Crusoé, o senador Eduardo Gomes afirmou que, como relator setorial do orçamento do Ministério do Desenvolvimento Regional no ano de 2019, encaminhou recursos via Codevasf a pelo menos seis estados. Sobre o ofício pedindo a liberação dos 30 milhões de reais que depois foram parar nas empresas que estão agora no centro da investigação sobre o mercado de emendas, ele diz que o documento foi elaborado só para atender a uma solicitação do deputado. "Eu não posso responder pelo Maranhãozinho", alega. Sobre a reunião com o então ministro Gustavo Canuto para pressionar pela liberação da verba, o senador justifica: "Eu estive com o Maranhãozinho e com vários parlamentares que foram atendidos pela liderança do governo. Não foi só com ele". Eduardo Gomes ainda diz ter conhecimento de que a Polícia Federal fez operações nos municípios que receberam os recursos, mas argumenta que auditorias feitas pela Codevasf não encontraram irregularidades. A companhia, por sua vez, preferiu se eximir de responsabilidade. Em nota, afirmou que "decisões sobre a responsabilidade das indicações de recursos descentralizados à Codevasf são externas à companhia".

Indagado sobre as razões pelas quais as verbas iam parar nas suas empresas, o deputado Josimar de Maranhãozinho disse que "todos esses recursos foram destinados às prefeituras de forma legalmente constituída no orçamento da União". "Caso haja depósitos efetuados, estes são no âmbito privado, todos devidamente comprovados mediante contratos entre as empresas privadas envolvidas e emissão de notas fiscais de aquisição de produtos ou bens, bem como dos serviços prestados e pagos", prosseguiu, tentando explicar o caminho do dinheiro.

Em breve, o Congresso Nacional terá que decidir o que fazer com os novos anões.

Leia a íntegra da matéria aqui @? Cruzoe´ ed. 181 [Riva] 15-10-2021

Site: <https://johncutrim.com.br/revista-cita-tres-deputados-do-maranhao-em-esquema-de-compra-e-venda-de-emendas-parlamentares/>

Parlamentares são investigados por suspeita de venda de emendas - INFORME JP

INFORME JP

Reportagem da revista Crusoé, intitulada 'O mercadão das emendas', revela que uma investigação em curso no Supremo Tribunal Federal mira congressistas que estão, literalmente, vendendo as emendas liberadas pelo governo. Crusoé mapeou alguns dos casos sob apuração.

De acordo com a revista, um dos parlamentares investigados é Josimar Maranhãozinho, do PL do Maranhão. "Investigações do **Ministério Público** e da Polícia Federal mostram que, logo depois de chegar nas prefeituras indicadas por ele, o dinheiro das emendas é repassado a empresas de fachada pertencentes ao grupo político do deputado.

Na sequência, o dinheiro é transferido para a Construtora Madry, uma empresa que está em nome do próprio Maranhãozinho e de sua irmã, Irismar Cunha Rodrigues, também investigada", afirma a reportagem.

A Crusoé acrescenta que, no Congresso Nacional, o deputado maranhense encontrou outro aliado de peso, também ligado ao Planalto: o líder do governo Eduardo Gomes, do MDB do Tocantins. Documentos obtidos por Crusoé mostram que a dupla mandou mais de 100 milhões de reais para seis municípios do Maranhão ainda no ano de 2019.

Caso dos 'anões' Nessa versão repaginada do escândalo dos Anões do Orçamento, apelido dado aos parlamentares do baixo clero que, nos anos 1990, foram investigados e punidos por realizarem fraudes orçamentárias em troca de propinas, há também casos de parlamentares que, ainda que não tenham comercializado emendas, reproduziram o esquema de enviar dinheiro para prefeituras amigas que desviavam recursos para suas empresas particulares.

'Dono' de bancada Integrantes da bancada do Maranhão, eles contavam com a influência do deputado Josimar Maranhãozinho sobre setores estratégicos do governo federal para conseguir liberar o dinheiro.

Ao ajudar os deputados aliados a amearhar recursos do orçamento federal, Maranhãozinho tenta repetir uma prática adotada por Eduardo Cunha, ex-

todopoderoso da Câmara, que tinha uma bancada no Congresso para chamar de sua.

Pedro Lucas se defende O deputado Pedro Lucas Fernandes também foi citado na matéria de capa da Crusoé sobre o "O mercadão das emendas", assinada pelo jornalista Patrick Camporez.

Em nota de esclarecimento, Pedro Lucas afirma: "Desde o início da minha vida pública, sempre atuei com responsabilidade e correção. Meu compromisso com a população do Maranhão tem sido cumprido com muito trabalho. Todas as emendas que enviei foram para o uso nos municípios, como é para ser. Os fatos serão esclarecidos com base na verdade".

Circuito de Negócios Começou, na sexta-feira (15), em Imperatriz, a primeira edição do Circuito ACII de Negócios, que destacou a parceria com a Secretaria de Indústria, Comércio e Energia (Seinc) em sua programação.

Na abertura do evento, o secretário da Seinc, Simplício Araújo, foi um dos homenageados da noite, sendo nomeado sócio honorário da Associação Comercial e Industrial de Imperatriz (ACII).

Gratidão Em sua fala, Simplício parabenizou o evento por seu papel importante em fortalecer o setor comercial não só de Imperatriz, mas da Região Tocantina e, também, do Maranhão.

Na ocasião, o secretário agradeceu também pela nomeação feita pela ACII.

"Esta nomeação representa todo o trabalho de diálogo e de compromisso que tenho, à frente da Seinc, com a classe empresarial. E é desta forma, na prestação de serviços ao povo maranhense, e atuando de forma unida e ordenada, que iremos garantir o desenvolvimento do nosso Estado", disse.

Miudinhas *** A comunidade escolar dos municípios de Colinas e Presidente Dutra celebrou, nessa semana, as inaugurações e anúncio de obras e serviços que beneficiaram centenas de estudantes da rede pública.

*** Na cidade de Colinas, o governo entregou a unidade plena do Instituto Estadual de Educação

Ciência e Tecnologia do Maranhão, Professora Maria das Graças Saraiva Barroso.

*** Em Presidente Dutra, além da inauguração do Centro Educa Mais Remy Soares, houve as entregas das Escolas Municipais Wabner Américo e Murilo Braga.

*** O lema de Colinas recebeu investimentos de mais de R\$ 15 milhões. A escola possui 12 salas de aula, 6 laboratórios, banheiros, biblioteca, área administrativa, auditório com 198 lugares, quadra poliesportiva coberta, cozinha industrial, refeitório, entre outros espaços, possibilitando conforto e segurança para toda comunidade escolar.

*** Em Presidente Dutra, o governo inaugurou o Centro Educa Mais Remy Soares e, em parceria com a prefeitura, fez as entregas das escolas municipais Wabner Américo e Murilo Braga, que receberam melhorias e ações do Programa Escola Digna, beneficiando estudantes e professores do Ensino Fundamental.

MPMA lançará Programa de Atuação em Defesa de Direitos Humanos

Com informações da Assessoria

No dia 25 de outubro (segunda-feira), o **Ministério Público** do Maranhão lançará, às 10h, no auditório da Procuradoria Geral de Justiça, o Programa de Atuação em Defesa de **Direitos Humanos** (Padhum), com orientações teóricas e práticas para a atuação conjunta e articulada dos promotores de justiça acerca de demandas relativas a **direitos humanos**.

O objetivo é promover uma atuação efetiva na resolução de danos considerados aviltantes à dignidade humana dos maranhenses, além de induzir políticas públicas adequadas para reverter contextos deficitários de intervenção.

A solenidade de lançamento será aberta pelo procurador-geral de justiça, Eduardo Nicolau, e será conduzida pelo **promotor de justiça** José Márcio Maia Alves (diretor da Secretaria para Assuntos Institucionais - Secinst), idealizador do Padhum. O programa segue o direcionamento da administração superior de priorizar a atuação do **MPMA** na proteção dos hipossuficientes.

A orientação é resultado de um estudo científico intitulado pesquisa-ação, modalidade de intervenção acadêmica utilizada com pioneirismo pelo **MPMA** para a construção de soluções efetivas direcionadas à defesa de **Direitos Humanos**.

O estudo é baseado nas peculiaridades da realidade maranhense, com propostas de atuação a serem executadas e monitoradas pela instituição.

O Padhum será apresentado em três livros, contendo dois eixos cada um. Os dois primeiros planos serão operacionalizados de forma imediata.

O primeiro eixo do programa aborda o enfrentamento da violência contra a mulher, conferindo especial atenção ao combate à violência psicológica e ao feminicídio, pontos inicial e extremo do ciclo de violência de gênero.

Dentre as finalidades, o plano tem como estratégia subsidiar o acolhimento das vítimas secundárias do feminicídio, promover a reeducação dos agressores e a promoção da tipificação da violência psicológica nos processos judiciais.

O segundo eixo é voltado para a garantia de direitos da população em situação de rua, sendo direcionado à proteção das pessoas frequentemente invisibilizadas, com o intuito de assegurar a esse público o acesso a políticas públicas que assegurem o direito à vida com dignidade, tais como a promoção de assistência social, saúde e moradia.

Já o eixo 3 se refere ao enfrentamento do **racismo**, da LGBTfobia e da intolerância religiosa, que prejudicam o exercício de direitos básicos como educação, saúde, emprego, renda e segurança.

O quarto eixo trata da garantia dos direitos das pessoas que vivem com HIV/AIDS, especialmente os direitos à qualidade de vida, à saúde e à assistência social. A ideia é superar as barreiras de acesso às políticas públicas decorrentes do preconceito ainda existente.

O quinto eixo orienta a atuação ministerial para o reconhecimento e preservação dos direitos culturais e práticas tradicionais das comunidades quilombolas. O Maranhão está entre os cinco estados com o maior número de comunidades quilombolas no país.

Por fim, o eixo 6 trata do enfrentamento à insegurança alimentar, problema que se agravou na atualidade no país.

"É preciso construir mudanças sociais a partir de apreensões lúcidas sobre necessidades urgentes da população e com abordagem segura quanto à extensão das intervenções que são necessárias. O contato com a sociedade e o estudo do produto das interações cotidianas nas esferas públicas aberta e institucional como as conferências e as sugestões de movimentos organizados ajudam nesse processo. Nesse sentido, o Padhum tem sido construído em parceria com a sociedade, que, além de destinatária das ações, terá um papel importante na construção de soluções interativas e dialogais. Além disso, os planos de atuação focais estão fundamentados em dados empíricos da realidade maranhense e, portanto, possuem uma importante expectativa de alcance de transformações concretas", ressaltou o **promotor de justiça** José Márcio Maia Alves.

Site: <https://oimparcial.com.br/noticias/2021/10/mpma->

***lancara-programa-de-atuacao-em-defesa-de-direitos-
humanos/***

Chacina em Anapurus deixa quatro pessoas da mesma família mortos

Blog do Neto Weba

Uma chacina deixou quatro mortos da mesma família na cidade de Anapurus, a 280 km de São Luís. Os corpos foram encontrados dentro da própria casa, a mãe, dois filhos e uma nora.

As vítimas foram identificadas como Maria dos Milagres Santos de Vasconcelos, de 38 anos; Agnaldo Santos de Vasconcelos de Sousa, de 21 anos; Marcos Vinícius de Vasconcelos Mendes, de 17 anos; e Eduarda Maria Alves, de 18 anos.

De acordo com a polícia do 16º BPM do município de Chapadinha, a principal motivação do crime foi envolvimento com drogas.

A Polícia Militar está no local realizando rondas e investigando o caso.

Após a onda de homicídios na cidade, a prefeitura divulgou uma nota convocando a força de segurança do estado para tentar levar segurança para a cidade.

Confira a nota:

Diante dos crimes bárbaros cometidos hoje em nossa cidade, a prefeitura vem externar sua preocupação com a onda de violência que atravessa nosso município.

Imediatamente as forças de **segurança pública** foram acionadas e já se encontram em nossa cidade homens da Polícia Militar, através da Força Tática e Força Estadual com várias viaturas, na tentativa de capturar os criminosos, bem como, reforçar a segurança em nosso município.

A Polícia Civil também já foi acionada e as investigações acerca do ocorrido já foram iniciadas. A prefeitura municipal está dando todo o apoio logístico e estrutura necessária para as polícias envolvidas na operação.

Por fim, destacamos que não mediremos esforços em apoiar as forças de **segurança pública** para a elucidação dos fatos e capturas dos envolvidos nesses e em outros crimes cometidos em nossa cidade.

Site: <https://www.netoweiba.com.br/2021/10/barbaridade->

[quatro-pessoas-da-mesma.html](#)